



Diário da Assembleia

LEI N. 7.830. DE 15 DE FEVEREIRO DE 1963

Dispõe sobre a cobrança das custas e emolumentos constantes das tabelas anexas à Lei n. 4.831, de 28 de agosto de 1958, e dá outras providências.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo tendo em vista a rejeição, em parte, do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n. 128, de 1961 de que resultou a Lei n. 7.748, de 24 de janeiro de 1963, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º — As custas e emolumentos constantes das tabelas "A", "B", "C", "D", "E", "F", "G", "H", "I", "J", "K", "L" e "M", anexas à Lei n. 4.831, de 28 de agosto de 1958, serão cobrados em dobro.

Parágrafo único — Os vencimentos dos escreventes, auxiliares e fiéis dos cartórios não oficializados serão revistos e fixados pelo Secretário da Justiça dentro de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei, não podendo ser inferiores ao salário mínimo local.

Artigo 2.º — O item I da tabela "B" da Lei n. 4.831, de 28 de agosto de 1958, passa a ser de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros).

Artigo 3.º — Mantido o veto.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 1963.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ — Presidente

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 1963.

Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

LEI N. 7.831, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1963

Dispõe sobre a revalorização da escala de referências de vencimentos e salários dos servidores civis e militares do Estado e dá outras providências.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista a rejeição em parte do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n. 1.298, de 1962, de que resultou a Lei n. 7.717, de 22 de janeiro de 1963, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º — A partir de 1.º de janeiro de 1963, passam a ser os seguintes os valores das escalas de vencimentos, salários e de funções gratificadas, estabelecidos no artigo 1.º da Lei n. 6.800 de 26 de abril de 1962:

Referência numérica	Valor mensal em Cr\$
1	22.950,00
2	23.100,00
3	23.150,00
4	23.250,00
5	23.400,00
6	23.500,00
7	23.900,00
8	24.100,00
9	24.350,00
10	24.500,00
11	24.950,00
12	25.000,00
13	25.200,00
14	25.250,00
15	26.100,00
16	26.500,00
17	26.850,00
18	27.500,00
19	27.750,00
20	28.250,00
21	28.900,00
22	29.350,00
23	29.950,00
24	30.250,00
25	30.650,00
26	31.200,00
27	31.750,00
28	33.100,00
29	33.800,00
30	34.250,00
31	35.100,00
32	36.000,00
33	36.150,00
34	37.250,00
35	37.800,00
36	39.050,00
37	40.050,00
38	41.050,00
39	43.150,00
40	43.800,00
41	44.950,00
42	46.150,00
43	47.050,00
44	47.850,00
45	49.300,00
46	51.650,00
47	52.800,00
48	53.900,00
49	56.700,00
50	57.950,00
51	59.450,00
52	61.150,00
53	62.450,00
54	63.800,00
55	64.250,00
56	65.800,00
57	66.700,00
58	68.150,00
59	69.650,00
60	71.100,00
61	72.050,00
62	72.300,00
63	74.500,00
64	75.450,00
65	76.300,00
66	77.800,00
67	79.400,00
68	81.150,00
69	81.550,00
70	83.050,00
71	85.200,00
72	86.350,00
73	87.700,00
74	88.250,00
75	89.550,00
76	90.600,00
77	91.650,00
78	93.950,00
79	94.150,00

80	95.000,00
81	96.750,00
82	99.900,00
83	100.800,00
84	105.750,00
85	106.100,00
86	108.250,00
87	112.250,00
88	116.300,00
89	135.150,00
90	139.100,00
91	147.700,00
92	153.500,00
93	161.800,00
94	163.750,00

II — Escala de Valores de Funções Gratificadas	
"F. G."	Valor mensal em Cr\$
1	4.060,00
2	4.760,00
3	5.600,00
4	6.720,00
5	7.840,00
6	8.820,00
7	9.940,00
8	10.900,00
9	12.320,00
10	14.000,00
11	15.960,00

Parágrafo único — O salário do pessoal extranumerário contratado, diarista e tateiro fica elevado, na mesma proporção estabelecida no item I deste artigo.

Artigo 2.º — Os vencimentos mensais dos membros da Magistratura, dos órgãos de que tratam os artigos 61 e parágrafo único, e 69, § 1.º da Constituição do Estado, bem como os do Juízo Tribunal de Justiça Militar, do Procurador da Justiça Militar, do Juiz Auditor e do Promotor da Justiça Militar passam a ser expressos em padrões alfabéticos, correspondentes aos seguintes valores: "A" — Cr\$ 90.000,00; "B" — Cr\$ 110.000,00; "C" — Cr\$ 120.000,00; "D" — Cr\$ 130.000,00; "E" — Cr\$ 154.100,00; "F" — Cr\$ 169.510,00; "G" — Cr\$ 180.450,00.

Artigo 3.º — A partir de 1.º de janeiro de 1963, os membros da Magistratura e dos órgãos referidos no artigo anterior, serão enquadrados nos padrões alfabéticos acima relacionados, na ordem dos itens VII a I do artigo 7.º da Lei n. 5.389, de 27 de janeiro de 1960, observada a alteração da denominação do cargo de Juiz Seccional para Juiz Substituto e de Promotor Substituto Seccional para Promotor Substituto, em decorrência da Lei n. 6.142, de 27 de junho de 1961.

Parágrafo único — Nos enquadramentos determinados por este artigo já estão incorporados os abonos referidos no artigo 1.º da Lei n. 6.043, de 20 de janeiro de 1961, e no artigo 10 da Lei n. 6.800, de 26 de abril de 1962, considerando-se igualmente incorporados nesses enquadramentos os que venham a ser concedidos até a data da vigência desta lei.

Artigo 4.º — Mantido o veto.

Artigo 5.º — Ficam majorados de 40% (quarenta por cento):

I — As gratificações mensais pagas pelas folhas de Laborterapia aos egressos que prestam serviços no Departamento de Profilaxia da Lepra, como dispensaristas, bem assim as que são pagas pelas folhas de Laborterapia aos internados nos Sanatórios de Lepra;

II — As gratificações "pro-labore" previstas em lei, exceto as fixadas em quotas ou calculadas em termos de porcentagem, ou frações sobre as referências de vencimentos ou salários.

Artigo 6.º — O limite máximo estabelecido pelo artigo 21 da Lei n. 1.309, de 29 de novembro de 1951, fica elevado para Cr\$ 910,00 (novecentos e dez cruzeiros).

Artigo 7.º — A retribuição correspondente às aulas extraordinárias e substituições no ensino agrícola é fixada na seguinte conformidade:

I — Em Cr\$ 300,00, a relativa às aulas extraordinárias do ensino agrícola, prevista no artigo 3.º da Lei n. 1.392, de 21 de dezembro de 1951;

II — Em Cr\$ 665,00, a dos substitutos do ensino agrícola, a que se refere o artigo 4.º da Lei n. 1.392, de 21 de dezembro de 1951.

Artigo 8.º — Mantido o veto.

§ 1.º — Mantido o veto.

§ 2.º — Mantido o veto.

Artigo 9.º — Ao servidor casado que não perceba vencimento, remuneração ou salário de importância superior a duas vezes o valor do salário-mínimo da Capital, fica concedido, a partir de 1.º de julho de 1963, o salário-espósa de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) mensais, desde que a mulher não exerça atividade remunerada.

Parágrafo único — A concessão do benefício a que se refere este artigo será objeto de regulamento a ser baixado dentro de 120 dias, contados da vigência desta lei.

Artigo 10 — Ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos deste artigo, nenhum servidor poderá perceber importância superior a duas vezes e meia o valor da referência numérica do seu cargo ou função, observado como limite máximo o valor correspondente a 3 vezes a referência "60".

§ 1.º — O servidor em regime de tempo integral não poderá perceber importância superior a 3 vezes e meia o valor da referência numérica de seu cargo ou função, com o limite máximo de 4 vezes o valor da referência "60".

§ 2.º — Nos casos de acumulação legal, o servidor não poderá perceber, em relação aos cargos acumulados, considerados separadamente, importância superior a duas vezes o valor da respectiva referência numérica, observado, para cada um deles, o limite máximo de 3 vezes o valor da referência "60".

§ 3.º — Nenhum servidor sob regime de remuneração poderá perceber importância superior a 3 vezes o valor da referência "60".

§ 4.º — Para efeito do cálculo dos limites previstos neste artigo e seus parágrafos serão computadas todas e quaisquer vantagens, exceto as decorrentes dos artigos 93 e 99 da Constituição do Estado e dos artigos 25 e 30 do Ato das Disposições Transitórias da mesma Constituição e a quarta parte dos vencimentos, bem como a gratificação prevista no artigo 13 desta lei.

Artigo 11 — O disposto nesta lei aplica-se, no que couber, às Autarquias, Autônomas Administrativas e Institutos Isolados, cujos quadros sejam fixados por lei.

§ 1.º — As entidades não referidas neste artigo, inclusive a Universidade de São Paulo, submeterão, dentro de 60 (sessenta) dias, à aprovação do Chefe do Poder Executivo, projetos de decretos promovendo a concessão aos seus servidores de majoração de vencimentos e salários, observados os mesmos limites, prazos de vigência e condições desta lei.

§ 2.º — As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão à conta das verbas próprias dos orçamentos das entidades por ele abrangidas, supridas, se necessário, pelos créditos a que alude o artigo 67 desta lei.

Artigo 12 — Exclui-se de todo o disposto nesta lei o pessoal docente da Universidade de São Paulo, que terá seus vencimentos ou salários fixados em bases e condições a serem estabelecidas por decreto do Executivo.

Artigo 13 — Fica concedida, a partir de 1.º de março de 1963, aos Delegados de Polícia, aos oficiais da Força Pública do Estado, e aos Comandante, ao Subcomandante, aos Inspetores e Subinspetores da Guarda Civil de São Paulo, uma gratificação mensal calculada sobre o valor da referência "53", na seguinte proporção:

I — 40% (quarenta por cento):

- a) aos Delegados de Polícia;
- b) aos Coronéis, Tenentes Coronéis, Majores e Capitães;
- c) ao Comandante, ao Subcomandante, aos Inspetores Chefes Superintendentes, Inspetores Chefes de Agrupamento e Inspetores Chefes de Divisão;